VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N. 05/2013

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, **Maria do Rosário Papafina Proença, João Manuel Cabrita Fernandes, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, António José Ruivo da Palma,** Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez, **Maria de Lurdes Lopes Faria, Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro, Maria Conceição Freitas Henrique Granado, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro e Manuel da Conceição António, pelo P.S.D; Rui João Gutierres Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro e Vítor José da Cruz Pereira, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, pela CDU., e conforme Edital Convocatório** e conforme Edital Convocatório de 19 de agosto de 2013, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

SUBSTITUIÇÕES

Ao abrigo do Art.º nº 53 do Regimento, verificaram-se as seguintes substituições: pelo PSD, a Sra. Deputada Municipal Sandra Cristina Carvalho Madeira foi substituída pela Sra. Deputada Municipal Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez e o Sr. Deputado Municipal Messias José Fernandes Carvalho foi substituído pelo Sr.

Deputado Municipal António José Ruivo da Palma Pulido. Pelo PS, o Sr. Deputado Municipal Álvaro da Palma Araújo foi substituído pelo Sr. Deputado Municipal Luís Manuel Rosa Fernandes e o Sr. Deputado Municipal João José Baptista da Costa Ribeiro foi substituído pelo Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal.

FALTAS

Verificou-se a falta dos senhores Deputados Municipais Vitor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa, da bancada do PSD, e Luís Manuel Negrão Vargas, da bancada da CDU.

ABERTURA DA SESSÃO

Feita a chamada, verificadas as presenças, substituições e faltas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. Foram anunciados 10 minutos por bancada para tratar de assuntos de interesse para o município.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Não houve intervenções da parte dos senhores Deputados Municipais.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia:

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;
2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs. 2/2012 e 03/2013;
3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ANO DE 2013;
4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS 2013;
5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL PARA O SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS E.B.1/ JI SANTO ANTÓNIO E JI MANUEL CABANAS PARA O ANO LETIVO 2013/2014;

7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014;

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO NÃO PERMANENTE DA BOLSA DE AGENTES ELEITORAIS;

9. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM O OBJETIVO DE EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO;

10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

11. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014;

12. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2013 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;

13. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014;

14. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ANO DE 2013;

15. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014;

16. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPECÇÃO DE ELEVADORES, MONTA-CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;

17. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A EMPRESA EVA TRANSPORTES, SA, NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal. São assuntos que normalmente vêm da Assembleia da República para conhecimento dos Srs. Deputados Municipais. São vários documentos e os Srs. Deputados Municipais, durante a sessão, tomaram conhecimento dos mesmos. Sobre esta documentação não houve qualquer questão ou observação.

2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs. 2/2012 e 03/2013

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à ata de 2012, foi esta ata que levantou alguma polémica porque se perdeu alguma informação na gravação. Assim, tentou fazer o melhor que se podia e, mesmo que eventualmente nela haja algum assunto que não tenha sido tratado com a profundeza com que foi tratado na Assembleia Municipal, pediu a compreensão de todos e perguntou se havia alguma objeção. Não houve objeções e a ata 2/2012 foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções, pelo fato de dois senhores Deputados Municipais não terem estado presentes na sessão a que esta ata dizia respeito.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que a bancado do PS se congratulava pela ata nº 3 porque, de fato, demonstra aquilo que se passou na Assembleia, está completa, e queria só lançar a seguinte questão: as atas deviam trazer as declarações de voto. Quer a ata nº 2, quer a ata nº 3 não as trazem. O documento não traz a declaração de voto e o PS acha que devia trazer, apesar de saber que o original está na autarquia, na Assembleia Municipal, e traz as declarações de voto, mas aqui também devia trazer, tal como as da Câmara Municipal que, muitas vezes, vêm suportadas com as declarações de voto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal alegou que as atas são publicadas com as declarações de voto e que, por lapso, o documento entregue não as trazia.

O Sr. Deputado Municipal Miguel Moreira da Costa disse que, relativamente a esta questão das declarações de voto nesta ata, as que foram entregues no momento estão exatamente como foram pronunciadas, quanto às outras, as bancadas ficaram encarregadas de as entregar devidamente redigidas à mesa da Assembleia. Elas podem constar na ata como anexos, mas não no texto, porque pura e simplesmente, no momento em que decorria a assembleia, foram apresentados esquemas que constam do corpo de texto e mais nada. Podem entrar na ata como anexos, mas não dentro do corpo da ata.

O Sr. Deputado Municipal Victor José da Cruz Pereira disse que, nesta ata nº 3, em relação ao período antes da ordem do dia, no final do primeiro parágrafo, onde se lê "como os pontos de gerência", deve-se ler "como o ponto relacionado com as contas de gerência".

O Sr. Presidente da Assembleia pediu à Sra. Secretária Isabel que tomasse nota para, depois, se fazer a alteração solicitada.

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a Ata 03/2013 à votação e esta foi aprovada por unanimidade.

3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ANO DE 2013

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez notar que o ponto nº 3 e o ponto nº 14 dos assuntos que constam da ordem de trabalhos são propostas de alteração do mapa de pessoal. Assim, se as bancadas estivessem de acordo, podia-se juntar os dois pontos e votá-los em conjunto. De facto, embora com conteúdo diferente, o objetivo é o mesmo.

Não havendo objeções, aceitou-se o tratamento conjunto dos dois pontos.

As propostas em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinham sido apresentadas pela Sra. Vereadora Maria da Conceição

Cipriano Cabrita e tinham sido aprovadas por unanimidade na sessão de câmara. No caso da proposta constante do ponto nº 3, houve uma declaração de voto por parte da Sra. Vereadora do PS, Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro perguntou se no ponto nº 14 se tratava da contratação dos 35 professores e, uma vez que viu que eram seis horas semanais, perguntou se os professores só ficavam com essas seis horas e não ficavam com outras atividades.

A Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita informou que a responsabilidade que o município podia ter era de uma hora semanal, das 16h.30 às 17h.30.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro declarou que não questionava isso, questionava o processo, uma vez que ficam só essas seis horas, podia-se completar o horário com outras atividades que podiam ser na Câmara ou não.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Câmara Municipal pretendia efetivamente isso, mas infelizmente a atual legislação não o permite. O ano passado fez-se justamente isso. Mas atualmente não é possível.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu as propostas a votação.

As propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS 2013

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos contra do PS e um voto favorável da CDU.

A bancada do PS apresentou declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PS votou contra porque trata-se da contratação de uma entidade para desenvolver estudos estatísticos no concelho, durante o período de um ano, renovável por mais um ano. O compromisso financeiro a assumir é superior a cem mil euros o que, não sendo matéria de primeira necessidade, e por mais estarmos a pouco mais de dois meses de serem renovados os órgãos autárquicos, faz-nos considerar que não deverão ser assumidos tais compromissos.

A bancada do PSD apresentou declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Neste ponto da ordem de trabalhos, a bancada do PSD lamenta a posição do PS nesta matéria, tanto mais que esta entidade colabora com o município desde o tempo do executivo PS. Não se compreende agora esta tomada de posição.

5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro abstenções do PS e um voto contra da CDU.

A bancada do PS apresentou declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PS absteve-se porque considera que não se deve pronunciar sobre uma matéria para a qual nunca foi chamada a participar ou a opinar.

A bancada da CDU apresentou declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada da CDU votou contra porque discorda do reforço dos poderes da SGU e porque o normativo impõe soluções de uma uniformidade demasiadamente restritiva.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal quis fazer aqui uma declaração de posição em nome da mesma Câmara Municipal. Aquelas que são as posições de uma e doutra bancada não correspondem minimamente à verdade. Em primeiro lugar, este foi um regulamento de amplo consenso com todos os comerciantes da zona. Não há uma única posição de nenhum comerciante que se pronunciasse negativamente relativamente a este regulamento. Foram feitas reuniões abertas de esclarecimento e naturalmente houve mútuas negociações relativamente a um ou outro ponto. Em segundo lugar, o próprio regulamento que aqui está incorpora algumas das posições defendidas, se não quase todas, por parte do PS, em 2009, quando apresentou à Câmara Municipal uma proposta alternativa de regulamento do espaço público, portanto, aquilo que era dissonante conseguiu-se absorver. Terceira questão, relativamente à bancada da CDU, se não fosse a SGU não havia JESSICA, não havia fundos para financiar a intervenção que foi feita porque a Câmara Municipal , por si só, não se poderia candidatar ao JESSICA nos termos em que era necessário apresentar a candidatura.

6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL PARA O SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS

REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS E.B.1/ JI SANTO ANTÓNIO E JI MANUEL CABANAS PARA O ANO LETIVO 2013/2014

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro disse que neste ponto o PS iria votar a favor, mas tinha duas questões para pôr: leu que o despacho que determinará estes valores ainda não foi publicado, então pergunta se os cálculos apresentados foram feitos com base nos valores do ano passado; depois, há outro parágrafo que diz, e não tinha conhecimento disto, não sabe se é novo este ano ou se já foi, que, em qualquer altura do ano, qualquer aluno se pode candidatar, então pergunta se é esta a interpretação.

A Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita respondeu afirmativamente, relativamente às duas questões e esclareceu que qualquer aluno se pode candidatar, desde que se altere a situação económica familiar.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO NÃO PERMANENTE DA BOLSA DE AGENTES ELEITORAIS

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que isto é uma necessidade, sempre que há eleições, os partidos devem apresentar dois membros para fazerem parte desta comissão, depois terão posteriormente reuniões nas Juntas de Freguesia e discutirão o processo de formação das mesas e o demais que normalmente os Senhores Deputados Municipais, por experiência, sabem.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que tinha entendido "dois representantes partidários", pensou que eram só dois.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita referiu o que estava na convocatória, no documento que apoia isto que, em baixo, diz: "segundo o número um, artigo cinco, cada Câmara Municipal constituirá uma comissão não permanente... assim devendo-se solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia para nomear dois representantes, um efetivo e um suplente, de cada uma das seguintes forças políticas: CDU..."

Foram apresentados os seguintes representantes partidários: pelo PSD, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança como efetivo e António Manuel Cipriano Cabrita como suplente; pelo PS, Célia Maria Marques da Rosa Paz como efetiva e José João da Rosa Gonçalves como suplente, e pela CDU, Luís Manuel Negrão Vargas como efetivo e José Estevão Correia da Cruz como suplente.

9. *APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM O OBJETIVO DE EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO*

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que pretendia ver esclarecida a seguinte situação: este montante de um milhão e meio é justificado por um documento em anexo da SGU, onde fala em perdas e gastos financeiros de um vírgula quinze milhões de euros e de cerca de setecentos e cinquenta mil euros em Fornecimentos e Serviços Externos. Antes de votar, gostaria de ser esclarecido sobre que tipo de Fornecimentos e Serviços Externos são estes, por um lado, e o que é que dá origem a que no Complexo Desportivo Municipal esteja em causa, neste momento, um vírgula quinze milhões de euros, durante um ano, de juros.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que quando se fala da SGU aparecem sempre estas coisas. A SGU está sempre a necessitar. Transferiram-lhe para lá competência que a torna deficitária. O Governo está a extinguir sociedades deficitárias. E a gente está a fazer aqui com a Câmara, a disfarçar que aquela sociedade tem é deficitária. Depois, é por isso que aparecem as multas do FMI, que é enganado, que não se apresentam os dados como deve de ser e porque, ao fim e ao cabo, os próprios membros da força política acabam por enganar o próprio governo de que fazem parte. Mas, enfim, isto tudo é o jogo da força política que atualmente está no Governo e está na Câmara Municipal e, por isso, a CDU não pode de forma nenhuma concordar com a fórmula como a SGU existe. Poder-se-á dizer que não faz o JESSICA, poder-se-á dizer que não faz isto, não faz aquilo, não faz o outro. Mas aquilo que ela faz é sempre à conta do futuro e do resto da Câmara Municipal. É tudo o que tem a dizer sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita declarou que, noutras ocasiões, já se tinha referido ao modelo que está consubstanciado na exploração do

Complexo Desportivo. E é um modelo que já vem de trás. Não importa agora quem é que o definiu, mas era um modelo em que o município punha todos os meios necessários ao funcionamento do Complexo Desportivo. E isso comporta custos. No fundo, são estes custos que se estão aqui a assumir, independentemente daquilo que se queira perguntar. Estes custos que aqui estão são os custos resultantes da exploração do Complexo Desportivo. Mas há toda uma série de atividades que têm de ser subsidiadas e este é o custo dessa subsidiação. O que se pretende, já há algum tempo, é criar um modelo de exploração do Complexo Desportivo que permita gerar os equilíbrios necessários de forma a que não haja estes défices. Portanto, aqui não há nem coisas escondidas para relatórios para o FMI, nem coisas para lado nenhum. É pura e simplesmente isto. E mais: se as pessoas, já que leram isto com atenção, e se forem ver o que é que custa a subsidiação de cada equipamento que está no Complexo Desportivo, aí têm uma boa relação das coisas e não é preciso inventar muito mais do que isso. Quanto ao resto, a forma como uma pergunta foi feita e como foi feita a outra intervenção o que quererá dizer é que parece que, se calhar, as pessoas parece que estão com vontade de querer fechar o Complexo Desportivo. Se é isso que querem, também se pode fazer assim.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz mostrou uma folha e disse que do Complexo Desportivo estava mais aqui isto, que é uma empresa privada a fazer obras dentro do Complexo Desportivo. Como é que isto se justifica? Como é que se justifica aqui que a firma Gamboa & Evangelista tenha um projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica de uma farmácia?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado tinha obrigação de estar informado e, se estava informado para umas coisas, também devia estar informado para outras. O assunto a que estava a referir-se, da farmácia que está em questão, trata-se de um concurso público que a SGU abriu, um concurso público que a SGU abriu, e – às vezes, quem vai à guerra, dá e leva - e, portanto, isto não é como no tempo em que a CDU estava na gestão municipal, que deu a um privado a elaboração de um Plano de Pormenor para o Parque de Campismo. Nunca o atual executivo fez uma coisa destas. Não vale a pena pôr o Governo em causa. O Presidente da Câmara responde por ele, pelos seus atos e

pelos atos da equipa que subscreve. Não foi este executivo que deu a um privado isso. Este executivo e a Câmara Municipal, com os seus custos, com a sua estrutura, fez um Plano de Pormenor para o Parque de Campismo e submeteu aquilo à aprovação. Por outro lado, o que o Senhor Deputado estava a querer referir, que até não é preciso ir à China para a gente perceber como é que aquela planta lhe veio chegar às mãos: lamentavelmente há pessoas que não conseguem distinguir aquilo que são as suas preferências político-partidárias dos compromissos profissionais que têm, se calhar, deviam dedicar-se mais ao compromisso profissional do que a outras coisas, mas isso é outra questão, como diz o outro, eu sei que você sabe que eu sei, é, portanto, dizer que isso compete a um concurso público que saiu, nos termos da lei, no Jornal do Algarve, na plataforma VORTAL, que é da contratação pública, houve um concorrente que ganhou e que, no caderno de encargos, disse que tinha de apresentar um projeto para a construção daquela estrutura que ali está. E é isso, por isso é que tinha a planta ali na mão. Agora, a questão da planta é muito simples de responder. Não há outra explicação senão essa: que é um processo público, um processo transparente, um processo claro, um processo em que qualquer pessoa poderia concorrer. Quem o ouve - sabe que não é assim, conhece-o e sabe que é uma pessoa séria, e disso não tem a mínima dúvida – agora, quem ouve, até parece que o executivo, numa guerra entre farmácias, até parece que o executivo anda a defender uns em detrimento de terceiros. Não. A Câmara Municipal, o que fez foi: lançou um concurso público. Porque este é o modelo que os senhores têm que perceber que é um modelo que leva tempo a implementar para a sustentabilidade do Complexo Desportivo, mas é um modelo de futuro. É procurar rentabilizar os espaços que existem. E, se havia ali um espaço que podia ser utilizado para uma atividade e essa atividade dar uma receita à Câmara Municipal e essa receita procurar atenuar o défice que existe naquele Complexo Desportivo, e para responder também às questões da bancada do PS, os défices que existem são os FSE. E não vai dizer nada ao Sr. Deputado Rui João Gutierres Setúbal, que sabe perfeitamente o que são FSE e sabe perfeitamente que há uma amortização de um empréstimo que foi contraído, aprovado por esta Assembleia Municipal, sabe que esses são os custos, mas também sabe, tem aí as contas todas com clareza, qual é o

défice que existe com o Complexo, e há duas soluções: ou se reduzem os horários, e necessitávamos de menos trabalhadores e fazíamos menos custos e aí com um claro prejuízo para os clubes e associações locais, ou reduzia-se e despedia-se pessoas. O executivo não foi por uma coisa nem por outra. Vai por um caminho difícil, que é um caminho de longo prazo, mas é um caminho em que acredita que é dar sustentabilidade aos espaços, como abriu o concurso para a farmácia, como agora abriu o concurso para uma clínica e como naturalmente irá procurar rentabilizar essa área para que a receita que a longo prazo se possa recolher desses mesmos usos possam ajudar a equilibrar. Então se tenha aqui uma infraestrutura e um equipamento que é, de fato, um exemplo para todos nós, que é, de fato, o trabalho de muitos executivos desta Câmara, de diferentes cores, da CDU, do PS, também o PSD deu o seu contributo naturalmente, em que não é de ninguém, aquele projeto é de todos, é da cidade, é da região, é do país hoje. Mas tem de se conseguir que aquele equipamento seja sustentável, se pague por si próprio. E é isso. A farmácia a que o senhor deputado alude e de que tem a planta foi um concurso público, que o senhor deputado não tenha disso dúvidas.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz quis esclarecer algumas coisas: em primeiro lugar, disse que a CDU não tinha nada a ver com a guerra das farmácias. Já houve uma farmácia a cem metros do Centro de Saúde e esta está sensivelmente a cem metros da Unidade de Saúde Familiar, mas não é isso o que traz a CDU a falar deste assunto. É a estranheza de ser uma entidade que não é proprietária do Complexo a executar uma obra. A segunda estranheza, naturalmente o Senhor Presidente tem um modelo de desenvolvimento para o Complexo, tem um modelo de desenvolvimento para o concelho que é o seu modelo. A CDU discorda desse modelo. E todas as posições da CDU vão no sentido da discordância que tem desse modelo. O Senhor Presidente acha que é transformando paulatinamente e lentamente aquilo que é público em espaço privado é o futuro. A CDU acha o contrário. A CDU tem outros projetos. Tem outra maneira de gerir as Câmaras. Nas Câmaras CDU há outra forma de pensar e de agir e naturalmente que, quando a CDU é confrontada com programas desta natureza, levanta questão e naturalmente apresenta a sua discordância que crê que é a mais

democrática possível nesta matéria. Não há aqui nesta sua pergunta qualquer tentativa de dizer que está ali um processo não claro. Não é por isso que a CDU está a manifestar. Está a manifestar porque sabe que para aquele Quartel de Bombeiros ser feito foi necessário que o Estado que cedeu o terreno à Câmara Municipal com condições autorizasse e todas as peças que lá se construíram construíram-se sempre com autorização de quem tinha cedido o terreno com o motivo de que aquele terreno fosse sempre para equipamentos particulares. Ninguém o convencerá de que uma farmácia não é um negócio. Uma farmácia é um negócio. E é um negócio que incrusta ali logo na abertura das piscinas. Apareceu ali primeiro como uma loja das piscinas e depois apareceu como uma farmácia. A loja das piscinas suporia que o Complexo estava a fazer uma exploração daquilo que são os artigos normais para o funcionamento do Complexo, mas afinal o que aparece ali é, depois, uma farmácia, uma farmácia e às portas da Unidade de Saúde Familiar. Porque isso é um problema das outras farmácias e é um problema de Direção-Geral de Farmácias e de quem fez essa legislação. Outro esclarecimento que queria dizer: não é a primeira vez que o Senhor Presidente levanta também, e não quer crer que o faça por insinuação, o processo do Plano de Pormenor do Parque de Campismo que foi feito por uma entidade privada, sob orientação da Câmara Municipal foi um processo feito com uma legislação que foi aprovada na Assembleia da República pelo PS e pelo PSD. Qual legislação? A legislação que permite a qualquer particular fazer um Plano de Pormenor. Neste momento, o Senhor Presidente da Câmara disse que isso não era possível sem concurso público. O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz continuou, dizendo que existe e que a legislação que lá estava permitia isso e disse que depois veio a saber que a mesma autoridade que autorizou chumbou. A mesma autoridade que autorizou o Complexo que foi a Câmara Municipal, que se fizesse, aliás, o Plano de Pormenor foi a mesma autoridade que a chumbou, o Plano de Pormenor que nunca chegou a ver a vida, precisamente porque a Câmara não o permitiu. Portanto, pensa que aí a CDU esclareceu esse assunto em definitivo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que tinha muito gosto em contrapor porque, mais uma vez, acha que é fruto natural das campanhas políticas e o Senhor

Deputado Municipal José Cruz é candidato, portanto falta-lhe o rigor a que sempre nos acostumou. Em primeiro lugar, o executivo não está a vender o terreno. É errado o que o senhor referiu. O executivo fez aquilo que a CDU propaga, e, no entender do Senhor Presidente, bem nalgumas questões, que é um direito de superfície de exploração durante vinte e cinco anos. O Executivo não vendeu a propriedade nua do solo. Fez um direito de superfície, que é diferente do que está a dizer o Senhor Deputado José Cruz. Portanto não faz sentido o que está a dizer porque a Câmara Municipal não alienou um terreno que é para equipamentos públicos. Não alienou. Cedeu. A APU não fez o direito de superfície em Monte Gordo a propósito do Sertão? Aquilo era terreno da Câmara. Quem é que os construiu? As pessoas. É igual. Outro exemplo: a CEPSA. Ou foi o PS ou a CDU quem fez o protocolo com a CEPSA. Foi o PS. Fez a cedência da CEPSA. Construíram a CEPSA e, portanto, ali está a CEPSA a funcionar. Muito bem, podia ser outra coisa qualquer. Não venderam um lote de terreno, em Monte Gordo, para hotéis? Não venderam lotes, em Monte Gordo, que eram públicos, para hotéis e para coisas do género? Claro que venderam. Toda a gente sabe disso, e bem. Não está a pôr isso em causa, nem está a fazer juízos de valor, porque não faz política com base de juízos de valor nas pessoas. Acredita na honestidade e acredita na honestidade do executivo APU, do seu Presidente, que é uma pessoa que preza, dos seus vereadores e da sua pessoa, em particular, e não tem nenhum pejo em dizer isso publicamente. Agora aquilo que o Senhor Deputado Municipal José Cruz está a dizer é falso. Não é correto aquilo que está a dizer. O Senhor Deputado começou a dizer que o Executivo vendeu o terreno. O Executivo não vendeu o terreno. Fez um concurso público e fez uma concessão com direito de superfície de vinte e cinco anos. Passados vinte e cinco anos, passa para a Câmara Municipal. Foi somente isso. Relativamente à distância do Centro de Saúde, este processo, antes de ser aprovado, teve a aprovação do INFARMED que é o regulador destas distâncias e do licenciamento. Portanto, aquele processo só foi consignado a quem ganhou o concurso, a quem ganhou o concurso, não é a quem a Câmara deu, é bom que se saiba disso, é quem ganhou o concurso, foi dado após o INFARMED ter dado um parecer favorável quanto àquela localização.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a todos os Senhores Deputados Municipais que tentassem fazer um esforço para evitar campanha eleitoral aqui na Assembleia Municipal. É um pedido apenas.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que voltam sempre os papões, os papões e mete-se medo às pessoas. E pergunta qual é o problema de rentabilizar o património municipal, se daí advier rentabilidade para o comum da sociedade. É só isso. Se há hipótese de se fazer rentabilizar aquilo, se dali houver receita, qual é o problema? É só isso, mais nada.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que gostava de começar por fazer aqui uma pequena correção: é que o direito de superfície não foi cedido à CEPSA, mas sim ao Lusitano Futebol Clube, relativamente àquela bomba de gasolina que está instalada na Estrada da Mata. Disse que gostaria também de referir também duas coisas: a questão do preço subsidiado que aparece na SGU está realmente cá, embora seja de difícil leitura e como está reproduzido foi difícil de compreender. De qualquer das maneiras, na resposta que o Senhor Presidente deu, parece que é insuficiente, na medida em que se está a falar relativamente a Fornecimentos e Serviços Externos. É óbvio que sabe o que são, mas gostaria de ter uma leitura mais adequada, e não genérica, do que são os FSE. Está-se a falar de sessenta e dois mil e quinhentos euros mensais. Esse valor, com certeza, será para pagar um conjunto de despesas. Quais? Era a pergunta. Por outro lado, o Senhor Presidente diz que um milhão e cento e cinquenta mil euros de encargos financeiros são os encargos derivados de um financiamento que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, provavelmente com votos favoráveis da maioria, provavelmente não, com certeza que foi com votos favoráveis da maioria desta Assembleia que obviamente é da maioria do PSD. O problema que se coloca é: qual é o montante do empréstimo e para que é que serviu esse empréstimo. Porque, em um milhão e meio de euros de défice, estamos a falar de um milhão e cento e cinquenta mil que derivam de encargos financeiros. Ora, se esses encargos financeiros derivam de um investimento, é uma coisa. Mas parece que, nestes últimos quatro anos, não existiram ali investimentos que justifiquem um montante de juros desta natureza. Logo, torna difícil aceitar ter um défice de um milhão e meio de euros no Complexo

Desportivo, dos quais a esmagadora maioria deriva de encargos financeiros. E isto é o que se passa. Há um empréstimo, sim senhor, mas esse empréstimo não foi seguramente para investimento. Mas, agora, a Câmara tem que pôr um milhão e meio porque há um défice grande e, por força do documento de cedência que foi assinado, há lá uma cláusula que diz que a Câmara tem que cobrir o prejuízo do Complexo Desportivo. Ora, se a Câmara tem que cobrir o défice produzido, terá que pôr lá o dinheiro. Faz notar, o que é importante disto, que se está a falar de valores muito significativos e que não estão, no documento elaborado, claramente justificados. E, sem essa justificação, quem é que pode conscientemente opinar e votar favoravelmente um documento desta natureza? É esta a questão que se coloca.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente aos FSE, quer dizer que, só aqui na piscina, do valor que referiu, se gastam quase trinta ou quarenta mil euros de gás nas piscinas municipais. O resto diz respeito a eletricidade, como deve imaginar, para esta estrutura toda. Se o Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal quiser uma resposta detalhada, tem muito gosto em entregar-lha, por escrito, no prazo em que a lei configura para o fazer. As contas da SGU e da Câmara são absolutamente transparentes, estão discriminadas, rubrica a rubrica, estão lá bem expressas, aquilo que é o valor de cada uma das rubricas.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal apresentou duas notas: ficou a aguardar o documento que o Sr. Presidente fez questão de mencionar e quis frisar que, relativamente aos financeiros e aos encargos financeiros que estão na génese deste défice, não houve qualquer resposta.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, e cinco votos contra, sendo quatro votos contra do PS e um voto contra da CDU.

A bancada o PS apresentou uma declaração de voto, que leu:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PS votou contra porque fomos contra o contrato de cedência e porque consideramos que os resultados de exploração estão inquinados por um valor exagerado de encargos financeiros que não se destinaram a investimento no complexo desportivo, mas sim a financiar gastos desregrados.

10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que, em relação a esta questão do Plano Diretor Municipal, mais uma vez, a bancada do PS faz um apelo, a revisão do PDM, que foi uma promessa da campanha do Presidente da Câmara, de 2005, que venha, de facto, a ser uma realidade. Depois, disse o seguinte: a bancada do PS gostava só de saber se esta suspensão do Plano Diretor Municipal é extraordinária, gostava de ter a garantia, por parte do Sr. Presidente da Câmara, e não é extensível a qualquer outro local.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança disse que achava que o que estava aqui em causa é extremamente simples, que é uma suspensão do Plano Diretor Municipal, apenas numa determinada zona, e perfeitamente delimitada, ou seja, é de uma zona e tem a ver com uma situação pontual: trata-se talvez da maior empresa, em Portugal, no tratamento de citrinos, nomeadamente laranjas, neste momento. É uma empresa que orgulha o concelho de Vila Real de Santo António e é uma empresa que, ainda há pouco tempo, teve propostas do concelho de Tavira para relocação daquela unidade agroindustrial para se deslocar para lá porque lá tinha a possibilidade de terrenos maiores para continuar a sua atividade. Esta suspensão daquela zona é benéfica para a empresa e é benéfica para o concelho porque a empresa consegue, assim, expandir a sua atividade, criar

mais pavilhões para laborar mais do que está nesse momento e, eventualmente, com esse aumento de laboração, criar mais postos de trabalho que tanta falta fazem no nosso concelho.

O Senhor Presidente da Câmara disse que achava fantásticas as questões que aqui são colocadas relativamente ao Plano Diretor Municipal. Acha que em política, há pouco tempo o Sr. Deputado Municipal José Cruz disse, e bem, e partilha isso, não devemos confundir opiniões pessoais com posições políticas e temos de ter o bom senso também quando emitimos as posições políticas e o bom senso obriga-nos naturalmente a discordar quando efetivamente não nos revemos nas propostas que são apresentadas. O PS toma, numa questão destas, uma posição surrealista, de quem não tem a mínima, nem a mais pequena ideia do que é que é uma suspensão do PDM. O que é que é uma suspensão extraordinária do PDM? Onde é que isso está escrito na lei? Uma suspensão extraordinária do PDM? O que é que é isso? Isso não está escrito na lei o que é uma suspensão extraordinária. Ora, aquilo que se trata é que o Município de Vila Real de Santo António, para conseguir, na área da agricultura, atrair quarenta postos de trabalho, de investimento na área de três, ou quatro, ou cinco milhões de euros, não tem bem presente, conseguiu, em tempo recorde, junto das entidades governamentais, viabilizar, com uma adequação do Plano Diretor Municipal para poder receber este investimento. E era um investimento que, em fevereiro, estava na cabeça da administração dessa empresa de deslocalizá-lo para Tavira. E é só a maior produtora e comercializadora de laranja do país, e, portanto, maior exportadora também. E este é um bom caso de boa prática, em que, em quatro ou cinco meses, se conseguiu chamar as entidades, se conseguiu efetivamente mobilizar um esforço enorme para que fosse feito num tempo recorde e que efetivamente fossem criadas condições objetivas para serem criados mais sessenta postos de trabalho, no concelho, a curto prazo.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que ia apresentar uma declaração de voto nesta matéria, mas para que não se diga que se ia esconder atrás da figura da declaração de voto para não falar ou não ser criticado, disse que este assunto já veio aqui em abril deste ano e, nessa altura, foi aprovado por unanimidade. A CDU vai abster-se com esta fundamentação: a CDU está de acordo

com esta figura da suspensão parcial do PDM, nesta área restrita, que diz respeito à FRUSUAL, precisamente por aquilo que aqui já se disse, que é uma estrutura produtiva, com real incidência na atividade, no crescimento do PIB do concelho e do emprego. A CDU, enquanto teve a gestão da Câmara Municipal, deu todo o apoio ao crescimento daquela estrutura dentro daquilo que era possível, às vezes, com algumas incompreensões pela vedação que lá foi feita, pelo terreno que se cedeu, enfim, também sofreu as suas críticas pelo facto de ter apoiado esta estrutura, mas verifica-se que ela de facto seria um bom modelo para se repercutir no concelho. A CDU está, contudo, muito magoada, ao final de mais um mandato, por ver que não houve a revisão, ou, digamos, chama mais atualização, do Plano Diretor Municipal que pudesse antever e prever estas situações e que, naturalmente, uma situação destas se harmonizaria de uma forma melhor e sem recurso a essas formas extraordinárias de planeamento. Portanto, é este o sentido da votação da CDU e o desejo das maiores felicidades à empresa que vai ser beneficiada desta figura, de facto, excecional e especial do Plano.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que, ao longo deste mandato, foi recorrente esta solicitação da revisão do PDM e, como membro representante desta Assembleia na Comissão de revisão do PDM, já por várias vezes teve a oportunidade de afirmar o que vai voltar a afirmar aqui: se as pessoas tivessem noção do que era o funcionamento de uma reunião da revisão do PDM, se calhar, era interessante que pudessem mais pessoas participar nessa reunião para assistirem, para verem por que é que o PDM não está revisto. E para verem todos os empecilhos, que não são da parte do executivo municipal, todos os empecilhos que têm sido postos para a revisão do PDM. Agora, questiona o seguinte, e do ponto de vista de técnicas de planeamento, e, se calhar, nem é das pessoas mais preparadas para dizer isto, mas diz o seguinte: Deus queira que dentro de pouco tempo não existam já outras formas de planeamento, completamente diferentes, mais ágeis e que permitam resolver as coisas de uma forma completamente diferente. Porque insistimos sempre e batemos sempre nesta tecla, mas é bom que as pessoas tentem saber quantos PDMs, em todo o país, neste momento, estão revistos e quantos PDMs estão, neste momento, do ponto de vista da estrutura daqui, é que estamos a

falar de uma técnica que vem de há mais de vinte anos. Foi das pessoas que votou o PDM de Vila Real de Santo António, mas o PDM, neste momento, está efetivamente desatualizado e a própria forma, a própria estrutura de fazer o PDM está desatualizada. É inviável conseguir fazer revisões de PDM onde cerca de setenta organismos, ou mais, dão palpites. É só isto. Era bom que as pessoas, e diz isto, não está aqui a referir-se às outras bancadas, é bom para as pessoas que nos estão a ouvir, era bom que as pessoas ouvissem isto. Porque, às vezes, são muito bonitos os discursos de intenções e todas as coisas que aqui se dizem. E mais: não duvida, este executivo, como outros executivos, teria todo o interesse em ter um PDM atualizado e revisto. Agora, informem-se para saber por que é que o PDM não está revisto.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que, quando se fala da politização do PDM, naturalmente que todos os nossos atos são políticos, as nossas opiniões são políticas, cada um empresta aquilo que é capaz, ou que quer e acha que deveria fazer, mas não será, por exemplo, à CDU que lhe virão dizer que é difícil. Difícil era fazer o PDM quando a CDU o fez. Fomos o oitavo PDM do país. Tínhamos três, e agora crê que mais, organismos a gerir o concelho de Vila Real de Santo António. A Câmara nem a Praça Marquês de Pombal geria nos anos oitenta. E, no entanto, foi desencadeado um processo e o Governo aprovou o PDM, que foi aprovado em 1982, o oitavo PDM do país. Não foi o primeiro, nem à pala dos outros. E fizeram-se reuniões de acompanhamento. A gente sabe, também sabemos, Vila Real de Santo António tem que ter esta consciência, aí é que naturalmente a unidade de todos tem que ser sempre nisso, é que enquanto dependermos de decisões tomadas em Faro, por organismos que defendem outros interesses que não são os interesses de Vila Real de Santo António, naturalmente vamos ter sempre grandes empecilhos. Mas a CDU, na altura, resolveu. E naturalmente que a CDU estará sempre disponível para emprestar a quem estiver a gerir, ou se estiver a gerir, todo o apoio para que o PDM seja revisto porque é bom para todos nós. Se nós hoje levantarmos, hoje anda aí um aviãozinho pequenino, um dróide, anda um dróide aí por cima, com um helicóptero de seis rotores a fazer fotografia e a gente verifica qual é a estrutura e harmonia e a elegância do que foi planeado e aquilo que cresceu ao desbarato. Vê-se claramente em Vila Real de Santo António, quem

conhece o que é que foi o processo de planeamento e quem conhece onde é que houve intervenção de planeamento em Vila Real de Santo António, distingue perfeitamente a harmonia de uma coisa do crescimento anárquico doutra.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que, em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, esta estava descontextualizada porque aquilo que perguntou era se esta era a única suspensão que ia acontecer e o Senhor Presidente acabou por não responder a essa questão. Em relação à questão do PDM só referia que foi o PSD, o Presidente da Câmara atual, em 2005, referiu que, caso ganhasse as eleições, que iria avançar imediatamente com a revisão do PDM. Quer dizer, foi dali que veio a promessa. Agora até fica, de facto, um bocado surpreendido como é que, oito anos depois, ainda não se conseguiu fazer a revisão do PDM. Fica surpreendido, mas, pronto!

O Senhor Presidente da Câmara disse que, como se costuma dizer, uma inverdade, dita muitas vezes, torna-se verdade. Até é bom que nós façamos aqui um ponto de ordem. Uma primeira questão: este executivo, com, quase sempre, os votos contra do PS, aprovou seis ou sete Planos de Pormenor. Isso não é rever o PDM? É uma alteração do PDM! Para que é que nós hoje, nos tempos em que estamos, para que é que se quer uma revisão do PDM, à pressa? Para defendermos a transformação de solo agrícola para solo urbano? É a única vantagem que hoje tem. Quem é que tem interesses que queira defender empresários? É porque há aqui Deputados Municipais, designadamente o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes, que se faz acompanhar sempre por uma pessoa, que anda sempre a pedir à Câmara Municipal quando é que a Câmara Municipal mete determinado tipo de imóveis em zonas urbanas no PDM. Tem alguma coisa a ver com isso? Pergunta. Isso tem alguma coisa a ver com isso? Imagina que não. Segunda questão: a revisão do PDM é uma revisão que tem que ser feita olhando aos tempos de hoje e, mais, e a revisão do PDM que a Câmara Municipal defende é a regeneração urbana, ou seja, evitar, ao máximo, aumento de zonas urbanas. Porque nós não precisamos de mais prédios. Nós, do que precisamos é de mais qualidade. E é, por isso, que este executivo, e é por isso que a gente tem de clarificar, porque senão a memória fica retida nos nossos filtros partidários, por isso é que este executivo aprovou aquilo

que, desde 1977, se defendia como o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Real de Santo António. E esse Plano de Salvaguarda, que foi, não o oitavo do país, mas foi o primeiro do Algarve a ser feito, e, a partir disso, fomos o terceiro Programa JESSICA do país a ser aprovado, é que nos permite, hoje, ter políticas de regeneração urbanística dentro do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, que é, de resto, uma das políticas-bandeira que o Secretário-Geral do PS, António Seguro, e bem, defende, em termos nacionais, que é a regeneração urbanística, a reabilitação urbana. Portanto, para que é queremos, hoje, a revisão do PDM? Para criar mais novas zonas urbanas? Para quê? Para quê tanta pressa, se há por aí tantas casas para vender e, infelizmente, há pessoas que não conseguem vender casas, nem lotes, nem nada disso? Para quê? Para que é que queremos a revisão? Só por querer? Há alguma questão estratégica que, hoje, não esteja feita em Vila Real de Santo António, que dependa da revisão do PDM? Como, por exemplo, a área industrial da zona norte está aprovada pelo IPTM, pode-se fazer a qualquer momento, haja empresários disponíveis. Áreas hoteleiras na frente de rio de Vila Real de Santo António: estão os Planos de Pormenor aprovados e está o Plano do IPTM para o fazer em qualquer momento. A reconversão, como a CDU defendia e o PS defendia, passar o Parque de Campismo de Monte Gordo para zona turística de expansão, é bom a gente recordar isto, depois colam por aí cartazes a dizer que a Câmara quer privatizar o Parque de Campismo, quando foi a CDU, como o Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz muito bem disse, a aprovar o PDM, e que estava lá, no Parque de Campismo de Monte Gordo, "Área Turística de Expansão". O que é que falta? Falta conseguirmos negociar definitivamente a relocalização do Parque de Campismo para a zona poente de Monte Gordo. Falta isso. De resto, aquilo que são questões estratégicas operativas nada depende da aprovação do PDM. O que hoje depende do PDM é podermos satisfazer clientelas para valorizar os seus terenos agrícolas em terrenos urbanos. Não há mais nada que possa depender da aprovação do PDM.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes perguntou, mesmo sem micro, qual fora a inverdade que tinha dito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não valia a pena.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ia permitir a discussão do assunto, se fosse necessário, por mais tempo, mas que não ia permitir que se entrasse nesta situação de pergunta e resposta e de diálogo entre as pessoas.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com vinte e um votos favoráveis, sendo dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e uma abstenção da CDU.

A bancada o PS apresentou uma declaração de voto, que leu:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PS, face aos pareceres positivos de todas as entidades envolvidas no processo, ao destino (ampliação das instalações da FRUSUAL) e à perspetiva de aumento de postos de trabalho que o investimento em causa poderá significar, vota favoravelmente este ponto.

Não podemos, no entanto, deixar de referir que continua por cumprir a promessa de revisão do Plano Diretor Municipal, há muito propalada pela gestão PSD no município, e que se tal estivesse pronto não teria havido necessidade de efetuar este moroso trabalho que dificultou o investimento necessário ao desenvolvimento da empresa em causa.

A bancada o PSD apresentou uma declaração de voto, que leu:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PSD elogia a rapidez de atuação do executivo municipal que conseguiu desbloquear uma matéria que na prática se consubstancia na criação de cinquenta postos de trabalho. Obrigado.

11. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NO ÂMBITO DO

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

12. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2013 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que não conseguiu identificar, com a leitura do documento, se há ou não algum corte de serviço, em relação àquilo que vinha dos anos anteriores. Sabe que já votamos isso muitas vezes. Eles vão fazer uma prestação de serviços através desta plataforma. É por causa da prestação de serviços. A sua pergunta é se nestes serviços está incluído algum corte.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que se trata de contratos anuais. A Câmara Municipal tem que abrir concurso para a prestação deste serviço de contratação pública e foi quem ganhou. As empresas que prestam este serviço são quatro ou cinco ou seis. Esta plataforma é uma plataforma da contratação pública. Nós tínhamos a VORTAL. Por lei, cada procedimento público que a Câmara

Municipal abrir no âmbito do CCP, que é o código da contratação pública, tem de o fazer através de uma plataforma homologada pelo Governo. Há cinco ou seis. É igual, só que esta foi a que apresentou melhores condições.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

13. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

14. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ANO DE 2013

Este ponto da ordem de trabalhos foi tratado conjuntamente com o ponto nº 3, como atrás se registou.

15. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

16. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPECÇÃO DE ELEVADORES, MONTA- CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

17. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A EMPRESA EVA TRANSPORTES, SA, NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada

pela Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz tomou a palavra apenas para dizer, e chamar a atenção, que a CDU tinha votado favoravelmente uma série de pontos, ao longo desta Assembleia, porque entende que eles correspondem às reais necessidades do município, que se conhecem, e, por isso, votou favoravelmente. E é só. É só para lembrar que não se está aqui só para se fazer campanha.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez um reparo, dizendo que o Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz já tinha muitos anos disto. E concluiu que lhe tirava o chapéu.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação.

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções por parte do público.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal convocou uma reunião ordinária para o dia 05 de setembro de 2013, às 18h.00 horas. Dado que se trata da última Assembleia Municipal deste mandato, também desejava e queria, em nome da mesa da Assembleia Municipal, convidar todos os Senhores Deputados Municipais para um jantar. Assim, fazia-se a Assembleia Municipal e organizava-se um jantar a seguir a essa mesma Assembleia Municipal, sendo o pagamento do jantar da responsabilidade de cada um dos Senhores Deputados Municipais. Pensa que será uma forma simpática de se conviver, de se trocar ideias, de debater aquilo que não se conseguiu eventualmente debater aqui no âmbito de quatro anos e que se

considerasse a convocatória já feita, dia cinco de setembro, quinta-feira, às dezoito horas, na Biblioteca Municipal. Eventualmente vai-se discutir um ou dois assuntos que a Câmara Municipal ainda tem pendentes, vai-se tentar trazer as atas para se deixar tudo devidamente organizado e vai-se fazer uma despedida de amigos.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz propôs, em relação ao jantar, uma vez que é cada um a pagar, que fosse em outubro, dia cinco era complicado. Havia campanha eleitoral até ao dia vinte e nove. Cada um tinha a sua vida. É que ninguém é isolado numa campanha eleitoral. Todos dependemos de todos.

LEITURA DA MINUTA DA ATA

MINUTA DA ATA N. 05/2013

Ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor ***Eduardo Luís Silva Pereira****, Presidente da Assembleia Municipal, comigo* ***Alexandre Hermínio Drago Madeira****, primeiro secretário,* ***José Domingos Teixeira Pires****, segundo secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS e CDU, e conforme Edital Convocatório de 19 de agosto de 2013, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*

ABERTURA DA SESSÃO: *Verificando-se a falta dos senhores Deputados Municipais, Vitor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa e Luís Manuel Negrão Vargas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão.*

SUBSTITUIÇÕES *– Pelo PSD, a Sra. Deputada Municipal Sandra Cristina Carvalho Madeira foi substituída pela Sra. Deputada Municipal Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez e o Sr. Deputado Municipal Messias José Fernandes Carvalho foi substituído pelo Sr. Deputado Municipal António José Ruivo da Palma Pulido. Pelo PS, o Sr. Deputado Municipal Álvaro da Palma Araújo foi substituído pelo Sr. Deputado Municipal Luís Manuel Rosa Fernandes e o Sr. Deputado Municipal João*

José Baptista da Costa Ribeiro foi substituído pelo Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Não houve intervenção de qualquer Deputados Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

1. ***EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;***

O Sr. Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal.

2. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs. 2/2012 e 03/2013;***

Intervieram os seguintes deputados municipais. Luís Manuel da Rosa Fernandes e Victor José da Cruz Pereira.

Os documentos foram apreciados. A Ata 02/2012 foi aprovada por MAIORIA, com duas abstenções, por não terem estado presente, e a Ata 03/2013 foi aprovada por UNANIMIDADE.

3. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ANO DE 2013;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

4. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS 2013;***

A bancada do PS e a bancada do PSD apresentaram uma declaração de voto. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por MAIORIA com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos contra do PS e voto favorável da CDU.

5. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;***

A bancada do PS e a bancada da CDU apresentaram uma declaração de voto. O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por MAIORIA, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro abstenções do PS e um voto contra da CDU.

6. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL PARA O SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS E.B.1/ JI SANTO ANTÓNIO E JI MANUEL CABANAS PARA O ANO LETIVO 2013/2014;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

7. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014;***

Interveio a Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro. A Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita prestou esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por UNANIMIDADE.

8. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO NÃO PERMANENTE DA BOLSA DE AGENTES ELEITORAIS;***

Foram apresentados os seguintes representantes partidários: pelo PSD, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança como efetivo e António Manuel Cipriano Cabrita como suplente; pelo PS, Célia Maria Marques da Rosa Paz como efetiva e José João Rosa Gonçalves como suplente, e pela CDU, Luís Manuel Negrão Vargas como efetivo e José Estevão Correia da Cruz como suplente.

9. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM O OBJETIVO DE EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Rui Setúbal, José Cruz e António Cabrita. O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por MAIORIA, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos contra do PS e um voto contra da CDU. Foi apresentada uma declaração de voto do PS.

10. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;***

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luís Fernandes, Carlos Lança, José Cruz e António Cabrita. O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por MAIORIA, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e uma abstenção da CDU. Todas as bancadas apresentaram uma declaração de voto.

11. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

12. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2013 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;***

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz. O Sr. Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por UNANIMIDADE.

13. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

14. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ANO DE 2013;***

Interveio a Sra. Deputada Municipal Luísa Currito. A Sra. Vereadora Conceição Cabrita e o Sr. Presidente da Câmara prestaram esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por UNANIMIDADE.

15. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO DE 2013/2014;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

16. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPECÇÃO DE ELEVADORES, MONTA CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;***

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

17. ***APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A EMPRESA EVA TRANSPORTES, SA, NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES.***

Intervieram o Sr. Deputado Municipal José Cruz e o Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente colocou a proposta a votação. A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

***Período de intervenção do público**: não houve intervenções do público.*

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal convocou uma reunião ordinária para o dia 05 de setembro de 2013 às 18:00 horas.

E de tudo, para constar, se lavrou esta ata sob forma de minuta, que vai ser submetida a votação e que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu este texto de minuta a votação e foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário

Ponto 10

Declaração de Voto

A bancada do PSD elogia a capacidade de adaptação do executivo municipal, conseguindo desbloquear uma anomalia, que na prática se consubstancia em 15 postos de trabalho.

A bancada do PSD

Tomar, 28/8/2013